



**Os centros de educação ambiental: reflexão sobre as diretrizes para a sua
implantação e funcionamento**

Mônica Cristine Junqueira Filheiro¹
Patricia Helena Mirandola Garcia²

RESUMO: O presente artigo, busca uma reflexão sobre a presença da Educação Ambiental nas Recomendações publicadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente que divulga as diretrizes para a sua implantação e funcionamento. Tendo como referenciais norteadores: Freire, Silva, Tamaio, Carvalho, Loureiro, Guimarães e Trivelato. Para a coleta de dados, utilizou-se a análise documental e optou-se pela abordagem qualitativa com a análise do conteúdo proposta por Bardin. Observou-se que o documento nos leva a uma Educação Ambiental crítica, voltada para o aspecto socioambiental, respeitando a complexidade da problemática ambiental. O grande desafio dos CEAs é utilizar os recursos disponíveis para alavancar a EA, saindo do conservadorismo para uma leitura de mundo mais complexa. A apropriação de conhecimentos referentes às causas ambientais necessita estar inserida no contexto crítico, para assim mudarmos a realidade socioambiental em que nos encontramos.

Palavras-chave: Centro de Educação Ambiental. Educação Ambiental. Socioambiental

**The centers of environmental education: reflection on the guidelines for their
implementation and functioning**

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the presence of Environmental Education in the Recommendations published by the National Environmental Council, which publishes the guidelines for its implementation and operation. Having as guiding reference points: Freire, Silva, Tamaio, Carvalho, Loureiro, Guimarães and Trivelato. For data collection, we used documentary analysis and opted for the qualitative approach, with the analysis of the content proposed by Bardin. It was observed that the document leads us to a Critical Environmental Education, focused on the socio-environmental aspect, respecting the complexity of the environmental problem. The great challenge of CEAs is to use the resources available to leverage EA, moving from

¹ Ciências Biológicas(UFMS); Mestra em Educação (UFMS); Doutoranda em Ensino de Ciências (UFMS); Linha: Educação Ambiental. E-mail: monicafilheiro68@gmail.com

² Doutora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado (UFMS/CPTL) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências (Doutorado) - Área Educação Ambiental, do Instituto de Física da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-Campo Grande). E-mail: patriciaufmsgeografia@gmail.com

conservatism to a more complex world-read. The appropriation of knowledge regarding environmental causes needs to be inserted in the critical context, in order to change the socio-environmental reality in which we find ourselves.

Key words: Environmental Education Center. Environmental education. socio-environmental

Los centros de educación ambiental: reflexión sobre las directrices para su implantación y funcionamiento

RESUMEN: El presente artículo, busca una reflexión sobre la presencia de la Educación Ambiental en las Recomendaciones publicadas por el Consejo Nacional del Medio Ambiente que divulga las directrices para su implantación y funcionamiento. Y en el caso de las mujeres, Para la recolección de datos, se utilizó el análisis documental y se optó por el abordaje cualitativo, con el análisis del contenido propuesto por Bardin. Se observó que el documento nos lleva a una Educación Ambiental crítica, orientada hacia el aspecto socioambiental, respetando la complejidad de la problemática ambiental. El gran desafío de los CEA es utilizar los recursos disponibles para aprovechar la EA, saliendo del conservadurismo para una lectura de mundo más compleja. La apropiación de conocimientos referentes a las causas ambientales necesita estar inserta en el contexto crítico, para así cambiar la realidad socioambiental en que nos encontramos.

Palabras clave: Centro de Educación Ambiental. Educación ambiental. social y ambiental

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental vem se consolidando e apresentando-se como abordagem cada vez mais integradora das diversas áreas do conhecimento, se fazendo presente desde quando os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor e tiveram que compreender e refletir sobre essa relação que temos com todos os recursos naturais disponíveis e com os nossos pares também. É a partir desse contexto que surgem os Centros de Educação Ambiental (CEAs), criados com a intenção de serem espaços de excelência para o debate sobre Educação Ambiental, que apresentam grande potencial e encontram-se em expansão quanto à legislação e atuação dos seus profissionais. Buscamos, a partir do estudo empreendido, identificar e refletir sobre a presença da Educação Ambiental nas Recomendações publicadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA (2011) que divulga as diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental (CEA) e dá outras orientações. E, também identificar os possíveis referenciais teórico-metodológicos presentes no documento. Para tanto, apresentamos um panorama atual dos CEAs, especificamente em Campo Grande/MS, e teremos como referenciais norteadores: Freire (1996), Silva (2004), Tamaio (2002), Carvalho (2004), Loureiro (2004), Guimarães (2004) e Trivelato (2011).

Uma breve apresentação da legislação

Para a construção das Diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental-CEA, mencionadas acima, o CONAMA (2011) fundamentou-se com os princípios estipulados pela Lei Federal Nº 9.795 (1999), que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e estabelece que todos têm direito à Educação Ambiental (EA), como um “[...] componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não -formal [...]” (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei nº 9795/1999, em seu Artigo 1º, esclarece que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Como podemos constatar a legislação reforça obrigatoriedade da EA que deve estar presente em todos os níveis educacionais (da educação básica à educação superior). Contudo, a lei, por si mesma, não terá força e eficácia se todos não compreenderem sua importância como um instrumento educativo, transformador de valores, atitudes e das relações sociais. Ainda nos apresenta o conceito de EA, em seu Art. 2º:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

O documento ainda baseou-se no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em que suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do País, assumindo as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: Transversalidade, Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), Sustentabilidade, Participação e controle social.

EA pode se definir como um paradigma da educação, um componente questionador e propositor na construção da educação para além dos seus limites nas sociedades contemporâneas (GUIMARÃES, 2004).

Para a elaboração das Orientações seguiu-se também a Resolução ° 422, de 23 de março de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e dá outras providências. E ainda o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (CONAMA, 1999), que é um processo dinâmico em permanente construção. Devendo, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação, trazendo novas perspectivas ambientais.

Centros de Educação Ambiental (CEA)

A Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental (Rede CEAs/2003) foi criada em 2003, a partir da necessidade de se articular as diversas iniciativas de CEAs existentes no país e vem, juntamente com o Laboratório de Educação e Política Ambiental/OCA da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP, atuando na investigação dessa temática, com projetos de pesquisas e elaboração de propostas de CEAs. A Rede CEAs (2003) aponta que os Centros de Educação Ambiental englobam todas aquelas iniciativas que, contando com instalações próprias ou cedidas e equipes pedagógicas especializadas, desenvolvem programas específicos de educação ambiental, relacionados com o entorno onde se localizam. No Brasil, estes Centros apresentam-se com uma variedade de denominações, caracterizando um cenário multifacetado, nos propiciando pesquisas e discussões. Quanto à relevância, é uma área dentro do campo da EA que nos proporciona disponibilização de informações ambientais, contato com a natureza, atuação das comunidades locais e atua em projetos políticos com visão socioambiental, promovendo ações de caráter formativo – nos possibilitando o reconhecimento da importância desses Centros para a Educação Ambiental no ensino formal e informal.

Ao buscar na Literatura a temática dos Centros de Educação Ambiental (CEAs), depara-se com um número reduzido de publicações se comparados a outras temáticas. Porém, a tarefa é estimulante, pois pretende-se conhecer e contribuir mais para a divulgação do presente objeto de estudo. As primeiras publicações “oficiais” sobre CEAs são de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que trazem propostas de fundamentação e de diretrizes para a implantação de CEAs no país (SILVA, 2004).

Os centros de educação ambiental não seriam escolas ecológicas, mas sim centros geradores ou captadores de ideias e propostas. [...] com uma abordagem inter e multidisciplinar, e abrir a porta da escola [...] para envolver a comunidade [...] Nesse sentido, a ideia dessa proposta pedagógica do Centro de Educação Ambiental seria utilizar o programa curricular oficial e transcender o banco escolar, quer dizer, envolver o saber popular e complementar com a proposta curricular. [...] o Centro seria catalizador e difusor desses conhecimentos (BRASIL, 1992, p. 102).

Pérez (1994) propõe que os CEAs possuam no mínimo: um Projeto Político Pedagógico (PPP), uma equipe de profissionais devidamente qualificados, espaços organizados localizados em paisagens rurais, naturais ou urbanos, recursos e materiais adequados para a realização das atividades previstas no Projeto Educativo e coerentes com os princípios da Educação Ambiental. Ainda aponta a necessidade de inserir no PPP, instrumentos e agentes que contribuam para a efetivação da Educação Ambiental.

Os primeiros Centros de Educação Ambiental (CEAs) no Brasil, segundo Silva (2004), surgiram a partir da década de 70. O primeiro em São Paulo, numa Unidade de Conservação (Núcleo Perequê) situada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso; e o outro vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos/CECLIMAR). Pazos (2001) defende a necessidade de reconhecer uma identidade própria para os CEAs, uma vez que estes centros são capazes de contribuir com modelos de intervenções diferentes e formas de aprendizagens distintas das que acontecem em outros âmbitos educativos, o que fomenta a presente discussão a respeito da contribuição dos CEAs para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Para a Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental/Rede CEAs (2018), num país como o Brasil, com uma variedade de recursos, falar sobre esses centros constitui um grande desafio. Essa rede considera que os CEAs devem apresentar em essência as quatro dimensões: espaço físico, equipamentos e entorno; equipe educativa; projeto político pedagógico e estratégias de sustentabilidade.

Paulo Freire(2001) acredita que somente uma educação, fruto da construção de uma consciência crítica poderá transformar a sociedade, onde as relações sociais e destas com o meio natural atendam as necessidades humanas, entretanto buscando uma formação socioambiental. Freire (2001) ainda em *Pedagogia dos sonhos possíveis*, nos traz uma crítica às palavras ao vento, que não passam de discursos vazios, quando afirma que não podemos separar as leituras do mundo e da palavra, como também não é possível separar a

leitura do mundo, da sua escrita. Aqui podemos perceber uma crítica às palavras vazias, aos meros discursos, que não carregam em si a possibilidade da prática.

CEA/Campo Grande - MS

Atualmente os CEAs de Campo Grande estão sob a administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (SEMADUR) e também pela Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano/PLANURB (2017) do município de Campo Grande-MS. Estando em atividade quatro CEAs em diferentes regiões da cidade, entretanto verificamos a inexistência de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que norteie as ações dos CEAs localizados em Campo Grande, regulamentando-os. Uma vez existindo, este documento deveria estar acessível para todo o público interessado, o que contraria uma das orientações apresentadas no Documento do CONAMA (2011) que recomenda que o PPP dos CEAs:

- I - estabeleça as diretrizes de organização, funcionamento, metodologias pedagógicas e programáticas;
- II - seja elaborado de forma participativa e submetido a um constante processo de revisão ou revalidação;
- III - contemple aspectos como: concepção da Educação Ambiental a ser desenvolvida, missão, objetivo geral e específicos, aproveitamento da infraestrutura disponível, programas oferecidos, proposta de trabalho, perfil do público beneficiário, papel da equipe técnico-pedagógica, diagnóstico da realidade do CEA, princípios orientadores e diretrizes para a forma de atuação, metas, metodologias, recursos, cronograma, formas de avaliação, projeto para a sustentabilidade do CEA e referências bibliográficas (CONAMA, 2011).

Segundo as informações apresentadas na página eletrônica oficial da SEMADUR (2018) de Campo Grande, os CEAs existentes em Campo Grande são os seguintes:

CEA Anhanduí – Em 7 de junho de 2007 foi inaugurado sua sede administrativa, composta por duas salas, cozinha, banheiros, um teatro de arena; e em 2012 foi construído um auditório com capacidade para 50 pessoas. A área de preservação permanente denominada Parque Ecológico Anhanduí é considerada a primeira Unidade Urbana Municipal de Preservação de Campo Grande/MS. Em 2013. APP-Parque Ecológico Anhanduí passou por um processo de revitalização, com implementação de atividades educativas socioecológicas, visando o desenvolvimento local.

CEA Imbirussu – O Centro de Educação Ambiental Odilza Fernandes Bittar foi inaugurado em 12 de dezembro de 2011. O CEA Imbirussu foi criado a partir da revitalização e adaptação do prédio onde funcionou a Escola Municipal Carlos Vilhalva

Cristaldo, adjacente à área do Horto Florestal. A área rica em vegetação, abriga também um dos viveiros de produção de mudas para a arborização urbana de Campo Grande-MS, tem como objetivo contribuir para a promoção e apoio ao processo de educação ambiental desta cidade. Às margens do Córrego Imbirussu, o CEA conta com uma estrutura física dotada de auditório, espaços multiuso, horto florestal, trilha ecológica, laboratório de ciências, observatório, biblioteca (sala verde), telecentro (inclusão digital), sala de arte (dança e práticas esportivas) e espaços de convivência. O local é um convite perfeito à reflexão e à vivência de práticas sustentáveis. O público a que se destina esse CEA é composto de: alunos do Ensino Fundamental e Médio das Escolas Públicas, Privadas e Universidades; comunidade do entorno do Centro e população em geral; participantes de projetos realizados pela Prefeitura e por parceiros desta. Para tanto, o CEA tem agenda permanente de visitas escolares, além de promover, realizar ou somente sediar atividades e eventos ligados à questão ambiental. As visitas acontecem durante a semana, nos períodos matutino e vespertino, quando são realizadas diversas atividades por educadores ambientais, dentre elas, a trilha ecológica. O objetivo da trilha interpretativa é ressaltar a importância da natureza, a diversidade das plantas e sementes, a relação dos animais com as plantas para melhor distribuição de sementes que auxiliam na preservação da fauna e flora. No local é realizada a observação de árvores centenárias, das regiões alagadas do Centro de Educação Ambiental, da conservação da mata ciliar e é apresentado o processo de produção do viveiro de mudas aos visitantes.

CEA Polonês – O Centro de Educação Ambiental Leonor Reginato Santini/ CEA Polonês foi inaugurado em 30 de agosto de 2011. Tem como objetivo contribuir para a promoção e apoio ao processo de educação ambiental em Campo Grande - MS. Às margens do Córrego Sóter e com uma estrutura física dotada de auditório, espaço multiuso, casa sustentável, trilha ecológica, observatório e espaços de convivência, o local é um convite perfeito à reflexão e à vivência de práticas sustentáveis. O CEA tem agenda permanente de visitas escolares, além de promover, realizar ou somente sediar atividades e eventos ligados à questão ambiental.

CEA Florestinha – Inaugurado em 23 de novembro de 2012, o Centro de Educação Ambiental Cônsul Assaf Trad/CEA Florestinha está localizado no Parque Municipal Cônsul Assaf Trad, uma área verde de 25 hectares, próxima ao empreendimento Alphaville. Antes de sua revitalização, o local passava por um processo erosivo e hoje conta com uma estrutura com salas, anfiteatro, lagos e trilhas. As atividades do CEA Florestinha são compostas por palestras, teatro de fantoches, exposição de animais

empalhados, plantio de mudas nativas e debates sobre a fauna e flora abrangendo o tema erosão. Segundo a SEMADUR (2017), os CEAs acompanham o calendário escolar e têm como objetivo contribuir para a promoção e apoio ao processo de educação ambiental e para o público estudantil, alunos do ensino fundamental e médio, sendo o foco ofertar uma aula de educação ambiental que promova a conscientização ambiental e sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa vincula pensamento e ação e as indagações são provenientes das situações e até mesmo dos conflitos da vida prática, quando busca-se compreender melhor esses fenômenos. Como método de coleta de dados utilizou-se a análise documental e segundo Lüdke e André:

Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema[...] (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 38-39)

Já para Bardin (2016, p. 51), a análise documental pode ser definida como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior à sua consulta e referência, o acesso ao observador, passando a obter o máximo de informações com o máximo de pertinência.

Optou-se pela abordagem qualitativa do conteúdo a ser analisado, considerando que o objeto em questão nos apresenta um nível de realidade que não pode ser somente quantificado. Para fundamentar os elementos – questão, método e procedimentos – serão utilizados os referenciais de Lüdcke e André (1986) com a perspectiva da pesquisa qualitativa em educação.

Iniciamos com uma pesquisa bibliográfica que é fundamental em toda investigação, independente do método que ilumina a pesquisa, sendo esta utilizada por todas as linhas de pensamento. O nosso objeto de estudo, a Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011, publicada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), traz diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental (CEA). Este documento deveria ser considerado como referencial para a criação dos diversos CEAs no Brasil.

O documento citado foi elaborado considerando a necessidade de compatibilizar o funcionamento dos Centros de Educação Ambiental (CEA) com os princípios estipulados pela Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e pelo Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pela Resolução nº 422, de 23 de março de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. E nossa intenção é identificar e analisar as nuances da educação ambiental neste documento norteador e ainda refletir sobre os referenciais teórico-metodológicos presentes na Orientação.

Os dados foram interpretados com base na análise do conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), podendo ser aplicada ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto nos depoimentos manifestos pelos sujeitos.

A análise do conteúdo organiza-se em três fases realizadas cronologicamente (BARDIN, 2016, p. 125): a pré-análise, fase em que há inicialmente uma leitura flutuante, quando se verifica os fatos ao estabelecer contato com os documentos a serem analisados e nesse momento o pesquisador se abre, deixa-se invadir por impressões e orientações; a exploração do material, que consiste essencialmente em operações de codificações, decomposição ou enumeração e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, com o estabelecimento de quadros de resultados, permitindo assim, a proposição de inferências e interpretações.

Para Bardin (2016), a intenção da análise do conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, que é sustentável com o auxílio de indicadores. A Inferência parte das informações que fornecem o conteúdo da mensagem; isso só será possível se dominarmos os conceitos teóricos fundamentais que alimentam o conteúdo das mensagens.

Bardin (2016) ainda nos afirma que tratar o material é codificá-lo e corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, que nos permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, nos levando a uma descrição mais exata do fenômeno. E para tal necessitamos fazer o recorte, que corresponde à escolha das unidades de registro e de contexto e devem estar em sintonia com os objetivos a serem alcançados com a análise.

Bardin (2016, p.134) define unidade de registro como sendo a significação codificada e corresponde ao segmento do conteúdo considerado unidade de base, visando à categorização e à contagem frequencial. Já a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem

cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e em seguida por agrupamento, segundo o gênero, com os critérios previamente definidos (BARDIN, 2016, p. 147).

Classificar elementos em categoria impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros, o que permitirá o agrupamento.

No presente trabalho, o conteúdo do documento foi classificado em categorias já estabelecidas e para Bardin (2016, p.149), um conjunto de categorias boas deve apresentar: exclusão mútua, quando um elemento não pode existir em mais de uma divisão; a homogeneidade, quando um único princípio de classificação deve governar a sua classificação; a pertinência, levando a uma ideia de adequação ótima; a objetividade e fidelidade e a produtividade quando nos fornece resultados férteis.

Gomes nos apresenta uma definição de categoria que corrobora com as ideias de Bardin:

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso (GOMES, 1994, p.70).

Após algumas leituras do documento já mencionado e tendo as evidenciado de forma exaustiva no corpo do texto, utilizamos as categorias já estabelecidas por Trivelato (2011), influenciadas pelas ideias de Tamaio (2002), Loureiro (2004), Guimarães (2004) e Carvalho (2004), quando abordam a Educação Ambiental. Sendo elas: Conservadora, Pragmática e Crítica.

Na **Categoria Conservadora** o ser humano é visto como degradador do ambiente, porém faz parte da natureza em seu aspecto biológico. Busca a contemplação e situações pontuais são enfatizadas, como datas comemorativas. Pelicioni (2005) aponta para uma identidade romântica, inspirada do movimento preservacionista do final do século XIX (TRIVLELATO, 2011, p.18), quando a relação harmônica com a natureza nos leva a um bem-estar emocional. Os problemas ambientais são evidenciados, porém as suas causas não são consideradas. Não há uma abordagem social e política. E palavras como natureza, conservação, proteção e destruição, degradação são destacadas neste contexto.

Sobre a Educação Ambiental Conservadora, Guimarães afirma:

Desta forma a Educação Ambiental Conservadora tende, refletindo os paradigmas da sociedade moderna, a privilegiar ou promover: o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitindo o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da coletividade; o local descontextualizado do global; a dimensão tecnicista frente à política; entre outros (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

A **Categoria Pragmática** é voltada para as ações antropocêntricas, quando há uma perspectiva fatalística, precisamos proteger para sobreviver; observamos ações pontuais como: reciclar, existências de premiações; proposta de atuação individual; modelos de comportamento ambiental. Seu foco é a ação na busca de soluções para os problemas ambientais. Tem suas raízes em concepções tecnicistas de educação (TRIVELATO, 2011, p.19). Busca mecanismos que compatibilizem desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Loureiro (2004) aponta a existência de um grande bloco hegemônico de tendências que propõem um fazer pedagógico comportamentalista e tecnocrático, no qual entendemos estar incluída essa vertente pragmática. Palavras como mudança de comportamento, técnica, solução, desenvolvimento sustentável estão presentes nesta categoria.

Na **Categoria Crítica** o ser humano pertence ao entrelaçamento das relações sociais, naturais e vive em interação; há proposições para resolução de problemas com temas geradores; privilegia a dimensão política da questão ambiental e questiona o modelo econômico vigente; apresenta a necessidade do fortalecimento da sociedade civil na busca coletiva de transformações sociais. No âmbito da história do ambientalismo, ao levar a problemática ambiental para a esfera pública, o ecologismo conferiu ao ideário ambiental a dimensão política (CARVALHO, 2004, p. 15). No contexto educacional, essa perspectiva baseia-se no pensamento crítico de Paulo Freire, entre outros autores, e propõe a constituição de uma ação educativa orientada para a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes. Nesse contexto, Reigota (1995) já destacava que a EA visa não só à utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. Palavras como subjetividade, interdisciplinaridade, atitudes, cidadania ativa, sociedades sustentáveis são predominantes nesta categoria.

Na proposta de uma EA crítica, a preocupação com as dimensões éticas e políticas é essencial.

[...] ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (CARVALHO, 2004, p. 19).

Observa-se uma mudança comportamental, quando o individual é substituído pela construção de uma cultura cidadã e pela formação de atitudes ecológicas, o que supõe a formação de um sentido de responsabilidade ética e social.

As unidades de contexto que estão apresentadas nos quadros a seguir, foram extraídas do documento em análise: CONAMA. Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011. Publicação Boletim de Serviço/MMA. Nº 05, de 04/05/2011.

Quadro 1 – Categoria Pragmática

UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTROS
[...] promover ações formativas e de capacitação em educação ambiental.	1-Formação 2-Capacitação
[...] delinear e implementar projetos, processos e eventos relacionados à EA.	1-Projetos, processos e eventos relacionados à EA
[...] articular e apoiar grupos, entidades, instituições e pessoas para potencializar ações comunitárias locais.	1-Potencializar ações comunitárias
[...] a ambientalização do CEA mediante critérios de sustentabilidade [...]	1-Ambientalizar 2-Sustentabilidade
[...] utilização de construções de baixo impacto ambiental, com iluminação natural facilitada, redução do consumo e melhor aproveitamento energético, emprego de projetos e materiais de construção adaptados aos biomas, climas, materiais, paisagens e culturas locais.	1-Construção de baixo impacto 2-Redução de consumo 3- Aproveitamento energético 4- Construção adaptada ao local
[...] uso preferencial de material permanente, com a redução e, se possível, a eliminação do uso de materiais descartáveis.	1-Uso de material permanente 2-Eliminação do uso de materiais descartáveis
[...] sendo capaz de abrigar espaços que possibilitem a realização de oficinas, reuniões, exposições e outras atividades educativas.	1-Espaços que possibilitem oficinas, reuniões e atividades educativas
[...] permitir a funcionalidade pedagógica e facilitar a administração dos CEAs.	1-Funcionalidade pedagógica 2- Administração facilitada
[...] estímulo à mobilização e à participação em ações cidadãs em prol da sustentabilidade, superando a ênfase individualista na esfera comportamental; e [...]	1-Ações em prol da sustentabilidade 2-Superando o individualismo
Formação de funcionários e administradores para a gestão sustentável.	1-Formação para a gestão sustentável

CONAMA. Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011. Publicação Boletim de Serviço/MMA nº 05, de 04/05/2011.

Quadro 2 – Categoria Conservadora

UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTROS
[...] a existência de áreas ao ar livre, de forma a possibilitar convivências, sensações, interações e convivência com elementos naturais e culturais, como jardins, viveiros, trilhas, mirantes, laboratórios e outros.	1-Existência de áreas ao ar livre 2-Interações e convivência com elementos naturais
[...] desenvolver atividades interpretativas, de sensibilização, de contato com a natureza e de interpretação histórico-cultural.	1-Atividades de sensibilização e de contato com a natureza
[...] adequação às normas e procedimentos de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos.	1-Coleta e destinação de resíduos adequada

CONAMA. Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011. Publicação Boletim de Serviço/MMA nº 05, de 04/05/201.

Quadro 3 – Categoria Crítica

UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTROS
[...] disponibilizar informações de caráter socioambiental para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental.	1-Informações de caráter socioambiental 2-Atividade de educação ambiental
[...] constituir-se em espaço educativo, de lazer e de convivência [...]	1-Espaço educativo, de lazer e de convivência
[...] desenvolver projetos de pesquisa, produção ou socialização do conhecimento, inclusive os saberes locais, tradicionais e originais.	1-Desenvolver projetos de pesquisa 2-Socialização do conhecimento
[...] promover o intercâmbio científico.	1-Intercâmbio científico
[...] contemple aspectos como: concepção da EA.	1-Concepção de EA
[...] observância dos princípios orientadores, referenciais teóricos e metodológicos da educação ambiental, especialmente daqueles contidos na Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, na Resolução no 422.	1-Referenciais teóricos e metodológicos da EA
[...] incentivar processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais, visando à revisão de valores e comportamentos individuais e sociais aos quais se relacionam.	1-Reflexão crítica sobre problemas ambientais 2-Revisão de valores comportamentais individuais e sociais

CONAMA. Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011. Publicação Boletim de Serviço/MMA, Nº 05, de 04/05/201.

RESULTADOS

As categorias consideradas acima foram fundamentais para a análise do documento, contribuindo para os resultados alcançados. Ao refletirmos sobre as unidades de registros extraídas do material analisado, percebemos que a Categoria Conservadora apresenta um menor número de registros, prevalecendo a pragmática e a crítica. O que é reforçado pelos

principais referenciais teóricos-metodológicos, já mencionados anteriormente, como Freire (1996), Carvalho (2014), Loureiro (2004) e Guimarães (2004) que apontam a visão crítica da Educação Ambiental como perspectiva.

Na Categoria Pragmática, as unidades de registro estão voltadas para as ações antrópicas, quando cada um faz basicamente a sua parte em prol do ambiente natural e a partir daí tem-se o todo. Observamos, com uma certa incidência, ações voltadas para a formação dos profissionais que convivem nos CEAs, bem como para todo o público que frequenta os Centros. Há uma tendência em oportunizar momentos que buscam promover ações em prol do desenvolvimento sustentável. Uma preocupação que já vinha sendo apresentada por Freire (1996) quando afirma que em sociedades que lideram a globalização, no contexto capitalista, em sua ideologia fatalista, querem nos convencer que não há nada a se fazer e sim seguir a ordem natural dos fatos. E os CEAs surgem com essa interface de suprir essa lacuna que muitas vezes fica à mercê do capitalismo, deixando de lado a ética universal do ser humano, juntamente com sua responsabilidade socioambiental.

A perspectiva conservadora da Educação Ambiental ainda se faz presente no documento, não tão expressiva quanto a Categoria Crítica, porém ainda permanece. Essa postura contraria a visão atual de muitos autores, pois nela não estão sendo consideradas as dimensões econômica, política, cultural e social ao discutir a questão ambiental. Essa visão não nos possibilita a compreensão da complexidade ambiental. Há uma preocupação voltada para elementos naturais existentes nos CEAs, isso é observado quando nos deparamos com expressões: “ar livre”, “convivência com elementos naturais” e “contato com a natureza”. Guimarães afirma que:

A educação ambiental que denomino conservadora se alicerça nessa visão de mundo que fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade da relação. Centrada na parte, vela a totalidade em suas complexas relações, como na máquina fotográfica que ao focarmos em uma parte desfocamos a paisagem. Isso produz uma prática pedagógica objetivada no indivíduo (na parte) e na transformação de seu comportamento (educação individualista e comportamentalista). Essa perspectiva foca a realização da ação educativa na terminalidade da ação, compreendendo ser essa terminalidade o conhecimento retido (“educação bancária” de Paulo Freire) e o indivíduo transformado (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

Ainda na Categoria Conservadora observamos que há unidade de registro que nos apresenta uma intenção clara de destinar o lixo de forma adequada, o que é positivo, entretanto não propõe uma reflexão sobre a quantidade de lixo produzida pelas pessoas, o

que nos levaria a uma prevenção da situação, otimizando o processo, evitando assim o desperdício dos recursos naturais. Quanto a essa questão, Freire (1996) nos traz uma crítica:

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica (FREIRE, 1996, p. 31).

Na Categoria Crítica, as unidades de registros buscam a ação coletiva, a reflexão, a cientificidade dessas ações. Percebemos uma preocupação com valores sociais. A educação crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. No Brasil, estes ideais foram constitutivos da educação popular que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos (CARVALHO, 2004, p. 18).

Observamos também que a reflexão crítica sobre problemas ambientais e a revisão de valores comportamentais individuais e sociais estão bem evidentes na categoria que corresponde a uma educação ambiental crítica, quando as questões sociais perpassam o individualismo, prevalecendo o coletivo, o que é corroborado por Carvalho:

[...] educação não se reduz a uma intervenção centrada exclusivamente no indivíduo, tomado como unidade atomizada, nem tampouco se dirige apenas a coletivos abstratos. Desta forma, recusa tanto a crença individualista de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: quando cada um fizer a sua parte. (CARVALHO, 2004, p. 20)

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que serviu como um dos documentos norteadores para a elaboração das Orientações, em seu Art. 1º nos direciona para a conservação do meio ambiente por ser de uso comum do povo, isto é, voltada para a preservação, para a manutenção futura dos recursos.

Pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:

V - estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações.

De acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que é tido como referência para a elaboração da Orientação em questão, em seus Princípios, observamos a existência de uma educação ambiental crítica, pois cita o pensamento crítico e inovador, promovendo a transformação e a construção da sociedade, o que corrobora com as unidades de registros da Categoria Crítica. Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação, o que é afirmado por Loureiro (2006) que ressalta ser o conhecimento uma construção social, advinda de proposições críticas.

Guimarães (2004) defende a ideia de que a Educação Ambiental crítica, sendo desenvolvida através de projetos que se voltem para além das salas de aula, pode ser metodologicamente viável, desde que os educadores que a realizam conquistem em seu cotidiano a práxis de um ambiente educativo de caráter crítico (p. 32).

A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p. 30).

A formação dos educadores socioambientais precisa ser um processo que lhes possibilite transitar da consciência ingênua para uma consciência crítica (FREIRE, 1996).

Quanto aos quatro CEAs apresentados no presente artigo, localizados no município de Campo Grande, ao verificarmos que ainda não há um Projeto Político Pedagógico (PPP) que direcione suas ações, acreditamos que a construção deste documento, estabelecendo as diretrizes do seu funcionamento, explicitando suas metodologias pedagógicas e programáticas, sendo elaborado de forma participativa e democrática, como orienta o CONAMA (2011), contribuíra para a construção de uma visão complexa do meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações, não apenas naturais, mas também sociais e culturais. (CARVALHO, (2004, p.38)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa observou-se que as Orientações para a criação dos CEAs em vigência nos levam a uma Educação Ambiental com um olhar mais crítico, voltado para o aspecto socioambiental, o que acreditamos ser relevante porque nos possibilita uma compreensão mais fundamentada, respeitando a complexidade da problemática ambiental.

Prevalece no documento em análise, uma Educação Ambiental construída a partir de referenciais teóricos-metodológicos que apresentam uma reflexão crítica sendo construída a partir do diálogo. Evidenciamos uma visão do mundo mais complexa, o que nos possibilita uma possível e real transformação da sociedade. Há influência de diversos autores, inclusive de Paulo Freire, que é citado pelos referenciais utilizados, contextualizando uma leitura mais crítica e transformadora com a sua dialogicidade. O que é corroborado com a obra: Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire (2014), que aponta este autor como uma das principais referências em publicações sobre Educação Ambiental no Brasil. Ainda na mesma obra, é destacada a necessidade de situações que nos possibilitem transitar da consciência conservadora para uma consciência crítica, buscando-se a autonomia, a interdisciplinaridade, transformando assim a realidade em que vivemos.

Loureiro (2004) reconhece a necessidade de se conduzir os problemas da educação de maneira integrada, em processo participativo das forças sociais locais, educação permanente, a partir da formação de consciência crítica, vinculando os processos educativos com outras práticas sociais, particularmente com as atividades econômicas e políticas. Acreditamos que ressignificar a Educação Ambiental com uma visão “crítica” se faz necessário para alcançarmos a transformação de uma realidade.

O presente estudo nos proporcionou compreender melhor a dinâmica dos CEAs e a sua relevante contribuição para a efetivação da EA a partir da leitura e reflexão das Recomendações oficiais para a sua criação. Acreditamos que o grande desafio dos CEAs é utilizar todos os recursos disponíveis para alavancar a EA, saindo do romantismo e do naturalismo, que apresentam uma visão mais conservadora para uma leitura de mundo mais complexa. Além de levantarmos as questões pertinentes aos objetivos do presente trabalho, verificamos também que não há um Projeto Político Pedagógico que norteie as ações dos CEAs de Campo Grande, o que contraria as orientações do documento analisado. A instrumentalização de todos os atores envolvidos no processo se faz necessário, para que efetivamente haja uma transformação da realidade socioambiental, superando assim a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, no âmbito

do ensino formal e não formal, que se desenvolvem no contexto dos CEAs. A apropriação de conhecimentos referentes às causas ambientais necessita estar inserida no contexto crítico, para assim mudarmos a realidade socioambiental em que nos encontramos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. Portaria nº 77. **Diário Oficial 14 julho 1992**. Seção1, R9128.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 abr. de 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Centro de Educação Ambiental**. Brasília, 1992. (Série Encontros e Debates).

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Proposta para a implantação de Centro de educação Ambiental**. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Centro de Educação Ambiental: fundamentação e diretrizes**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Centros de Educação Ambiental (Fundamentação e Diretrizes)**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **II Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental: lista de participantes**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira. In: CARVALHO. I. C. M. et al. (Orgs). Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira. In: GUIMARÃES. M. et al. (Orgs). Educação Ambiental Crítica**. Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Identidade da Educação Ambiental Brasileira. In: LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. B. et al. (Orgs). Educação Ambiental Transformadora**. Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração. Brasília. 2004.

CAMPO GRANDE, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, SEMADUR. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo. Cortez. 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 9, n. 1 – págs. 69-79, 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, CONAMA. **Resolução nº 422 de 23 de março de 2010**. Publicação DOU Nº 56, 24/03/2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, CONAMA. Recomendação nº 11, de 04 de maio de 2011. **Publicação Boletim de Serviço/MMA nº 05**, de 04/05/2011.

DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. In: GOMES, Romeu. Et al. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; ARAÚJO, Ana Maria (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÊ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec, São Paulo, 1992.

PELICIONI, Andréa Focesi. Desvelando representações e práticas sociais em educação ambiental. In: RIBEIRO, H. (Org.) **Olhares geográficos: meio ambiente e saúde**. São Paulo: SENAC, 2005, p. 163-180.

PAZOS, Araceli Serantes. PORTO, Héctor Pose Porto. **Recursos e equipamentos de Educación Ambiental: unha aproximación á realidade galega**. 2001.

PÉREZ, José Gutiérrez. **La calidad educativa de los equipamientos ambientales, un debate necesario**. In: JORNADAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN CASTILLA Y LEÓN, AGUILAR DE CAMPO, Salamanca. Anais. Salamanca: GráficasVarona, 1994.

REDE BRASILEIRA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REDE CEAs).
Disponível em: <<http://www.redeceas.esalq.usp.br/#/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. Prefácio de Nilda Alves. São Paulo. Cortez. 1995.

SILVA, Fabio Deboni da **Histórico, classificação e análise de centros de educação ambiental no Brasil**. 2004. 194 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

TAMAIU, Irineu. **O Professor na Construção do Conceito de Natureza**: uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablumme; WWF, 2002.

TRIVELATO, Silvia Frateschi, SILVA. Rosana Louro Ferreira. . **Ensino de Ciências. São Paulo: Cengage Learning, Coleção ideias em ação**. Coordenadora Ana Maria Pessoa de Carvalho. 2011.

Submetido em: 25-08-2018.

Publicado em: 15-12-2018.